



#### REQUERIMENTO N° /2024

etário

APROVADO A Secretaria para providências

Requer a dispensa dos interstícios e prazos para apreciação e deliberação do Projeto de Resolução nº 01/2025.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 72 e art. 119, XVI, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, que não sejam considerados os interstícios regimentais e os prazos previstos no § 1º do art. 211 do Regimento Interno, para apreciação e deliberação do Projeto de Resolução nº 01, de 04 de fevereiro de 2025, que "Altera a Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins".

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2025.

Deputado AMÉLIO CAYRES

Presidente

Deputado LEO BARBOSA

1º Vice-Presidente

Deputado CLEITON CARDOSO

2º Vice-Presidente

Deputado VILMAR DE OLIVEIRA

1º Secretario

Deputada Profe JANAD VALCARI

2ª Secretaria

Deputado LUCIANO OLIVEIRA

3º Secretário

Deputado MARCUS MARCELO

4º Secretário





Nomeio		Relator(a)		o(a)	Senhor	(a)	Deputado(a)		
40	RGE	•••••	FRED	E	2101	$\supset$	, refere	ente	
ao(a)	Peojeto	de	Resolução	n°.	01/2025,	na	Comissão	de	
Constituição, Justiça e Redação.									

Sala das Comissões, 04 de fevereiro de 2025.

Deputado **NILTON FRANCO** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.





Observando o Regimento Interno deste Poder, informo que o Senhor Deputado Jorge Frederico, foi nomeado relator, do Projetoto de Resolução nº 01/2025, de minha autoria e outros, que "Altera a Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantinsd", o qual devolveu sem parecer,

Sala das Comissões, 04 de fevereiro de 2025.

**NILTON BANDEIRA** 283168

Assinado de forma digital por NILTON BANDEIRA FRANCO:41614 FRANCO:41614283168 Dados: 2025.02.05

Deputado NILTON FRANCO Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.





Renomeio Relator(a) o(a) Senhor(a) Deputado(a) GIPÃO, referente ao(a) Peojeto de Resolução nº. 01/2025, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Sala das Comissões, 04 de fevereiro de 2025.

Deputado **NILTON FRANCO**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.





REFERÊNCIA:

Projeto de Resolução nº 01/2025

AUTOR:

Deputado NILTON FRANCO E OUTROS

**ASSUNTO:** 

Altera a Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, que

institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do

Estado do Tocantins.

**RELATOR:** 

Deputado GIPÃO

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### **PARECER**

Vem a esta Comissão para exame e parecer o Projeto de Resolução nº 01/2025, de autoria do Deputado NILTON FRANCO e OUTROS, que "Altera a Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins".

Afirma o Autor que a Projeto de Resolução visa alterar o caput do art. 58 do Regimento Interno desta Casa de Leis, que disciplina sobre a direção e mandato das Comissões Permanentes.

Expõe que diante da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que firmou entendimento no sentido de que é permitida apenas uma reeleição ou recondução sucessiva ao mesmo cargo da Mesa Diretora, na mesma legislatura ou na seguinte, assim a direção das comissões também deve ser permitido a releição pois as normativas das comissões são similares às da Mesa Diretora e as deliberações das matérias em Plenário.

Compete a esta Comissão se pronunciar sobre a admissibilidade e mérito da proposição, considerando seus aspectos constitucional, legal, regimental, redacional, de técnica legislativa e registros públicos, de acordo com as determinações do art. 46, inciso I, alínea "a", combinado com o inciso I, do artigo 73, do Regimento Interno.

Sob a ótica da admissibilidade, a matéria ora analisada tem amparo constitucional e legal, uma vez que é matéria privativa da Assembleia Legislativa, a ser regulamentada através de resolução de iniciativa do Deputado, individual ou coletivamente, nos devidos termos do artigo 19, III, § 1º da Carta Estadual e artigo 211, do Regimento Interno.





Na apresentação da matéria foi aprovado pelo Plenário requerimento para que dispense os interstícios regimentais e os prazos previstos no § 1º do art. 211 do Regimento Interno, para apreciação e deliberação do referido Projeto de Resolução.

Deste modo, a presente propositura encontra-se de acordo com a ordem constitucional e legal e atende às normas regimentais desta Casa de Leis.

Diante do exposto, e relevância da proposição em apreço, observada a constitucionalidade e legalidade, e atendendo às normas regimentais desta Casa de Leis, VOTO pela APROVAÇÃO do Projeto de Resolução n. 01/2025, na forma apresentada.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 04 de fevereiro de 2025.

Deputado GIPAC

Relator





A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer
do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) GIPÃO, referente ao(a) Projeto
de Resolução nº 01/2025
OBS:
Encaminhe-se (a)(ao) PLENÁRIO
Sala das Comissões, 04 de fevereiro de 2025

Deputado **NILTON FRANCO**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

#### **MEMBROS EFETVOS**

MEMBROS SUPLENTES

Dep. <b>PROF. JÚNIOR GEO</b> (χ)	Dep. GUTIERRES TORQUATO( )
Dep. GIPÃO(🛠)	Dep. MOISEMAR MARINHO( )
Dep. NILTON FRANCO	DeP. CLEITON CARDOSO( )
Dep. JORGE FREDERICO(×)	Dep. VALDEMAR JÚNIOR( )
Dep. CLÁUDIA LELISO	Dep. VANDA MONTEIRO( )





Encaminhe-se o(a) **Projeto de Resolução nº 01/2025,** a **COASP** para as devidas providências.

Sala das Comissões, 04 de fevereiro de 2025.

RAIMUNDO ALVES GUIMARÃES

Coordenador de Apoio às Comissões